

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.121 - MS (2019/0018448-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : EDSON ROJA BRITEZ
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** contra decisão do respectivo Tribunal de Justiça do Estado, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"E M E N T A – APELAÇÃO CRIMINAL – DESACATO E CALÚNIA – RECURSO MINISTERIAL – RECURSO INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL – INTEMPESTIVIDADE – NÃO CONHECIMENTO.

Segundo entendimento pacífico da jurisprudência pátria, tratando-se de processo digital, o membro do Ministério Público considera-se intimado no momento em que os autos são integralmente disponibilizados no portal eletrônico da instituição (e- SAJ), e não com a posterior consulta dos autos." (e-STJ, fl. 172).

O recorrente aponta violação do art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2016. Alega, em síntese, que "o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul contrariou o disposto no artigo 5º, §1º e §3º, da Lei nº 11.419/2006, ao entender que a intimação pessoal do Ministério Público seria efetivada no momento da entrega/disponibilização dos autos, quando, na verdade, a data de intimação deste órgão ministerial, por EXPRESSA disposição legal, efetiva-se na data da consulta acerca do teor da intimação, como é a hipótese dos autos, ou pode ocorrer de forma automática, após o decurso de 10 (dez) dias. No caso em tela, aos autos foram disponibilizados para o Ministério Público de 1ª Instância no dia 29/05/2018 (fls. 127), sendo efetuada a consulta da intimação no dia 06/06/2018 (quarta-feira), conforme certidão de fls. 131, dia em que foi realizada a intimação do Parquet, de modo que a contagem do prazo recursal iniciou em 07/06/2018 (quinta-feira) e encerrava no dia 11/06/2018 (segunda-feira), uma vez que o prazo para interpor apelação é de 05 (cinco) dias (artigo 593, CPP). Assim, tendo o Ministério Público interposto o Recurso de Apelação no dia 07/06/2018 (fls. 132), tem-se que o mesmo é tempestivo, de modo que deve ser conhecido." (e-STJ, fl. 225).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 231-241).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação da Súmula 83/STJ (e-STJ, fls. 243-245). Daí este agravo (e-STJ, fls. 254-260).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 287-289).

É o relatório.

Decido.

Dispõe a Lei n. 11.419/2006:

"Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais." (grifou-se)

Segundo o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul:

"A conclusão do CNJ é perfeitamente aplicável ao presente caso, pois, como no caso em julgamento, o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul também dispõe de sistema eletrônico (e-SAJ) que lhe permite o acesso integral aos autos eletrônicos que lhe são disponibilizados com vistas. Assim, detendo essa tecnologia, a intimação do órgão ministerial se consuma com a mera disponibilização do processo no portal eletrônico, e não com a posterior consulta dos autos pelo membro do MP.

Pois bem.

Analisando o presente caso nos termos da fundamentação acima exposta, conclui-se que o presente recurso é intempestivo.

É que, na situação em tela, o membro do Ministério Público foi intimado pessoalmente da sentença no dia 29/05/18, data em que os autos foram integralmente disponibilizados no sistema eletrônico da instituição, conforme certidão de fl. 127. Assim, o prazo recursal, que é de cinco dias (art. 593 do CPP), teve início no dia 30/05/18, encerrando-se no dia 03/06/18, domingo, se estendendo para segunda- feira, ou seja, dia 04/06/18.

Entretanto, o recurso de apelação acusatório foi interposto tão somente no dia 07 de junho de 2018 (fl. 132), sendo, portanto, intempestivo." (e-STJ, fl. 175).

É entendimento desta Corte que a intimação será considerada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos

autos a sua realização. Não sendo feita a consulta em até 10 dias corridos, contados da data do envio da intimação, considerar-se-á a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO MEDIANTE AGRESSÕES FÍSICAS. PRISÃO PREVENTIVA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MEDIDA EXCEPCIONAL. DECRETAÇÃO DOIS ANOS APÓS OS FATOS PELO TRIBUNAL IMPETRADO. SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, COM A FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.

[...]

2. Nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

[...]

7. Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para deferir o pedido de liberdade provisória ao paciente, mediante a fixação das medidas cautelares alternativas indicadas. (HC 400.310/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017)

Observa-se que o Tribunal de origem ao entender que a intimação eletrônica foi considerada realizada no dia em que os autos foram disponibilizados no sistema eletrônico da instituição, divergiu do entendimento jurisprudencial desta Corte.

Verifica-se que os autos foram disponibilizados para o Ministério Público no dia 29/5/2018 (e-STJ, fls. 127), sendo efetuada a consulta da intimação no dia 6/6/2018 (e-STJ, fls. 131), dia em que foi realizada a intimação do *Parquet*. Portanto, o prazo recursal iniciou em 7/6/2018 e encerrava no dia 11/6/2018. Assim, tendo o Ministério Público interposto a apelação no dia 7/6/2018 (e-STJ, fls. 132), tem-se que o mesmo é tempestivo, de modo que deve ser conhecido.

Ante o exposto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, **conheço** do agravo para **dar provimento** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos para que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul dê prosseguimento ao julgamento do recurso de apelação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator